



NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS VERSUS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: possibilidades e obstáculos para o acesso à informação

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar¹

RESUMO

Reflexões sobre as novas tecnologias de informação e comunicação-TICs como possibilitadora ao acesso à informação no enfrentamento às desigualdades sociais no Brasil. Discute sobre a exclusão digital como decorrência da própria exclusão social. Adverte que o obstáculo maior ao acesso à informação via as novas tecnologias de informação e comunicação, deve-se ao grave quadro social do Brasil, pela não efetividade das ações do Estado. Enfatiza a necessidade de criação de políticas sociais, como uma demanda da sociedade civil, como instrumento capaz de amenizar tal situação. Conclui que as TICs estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência.

Palavras-Chave: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TICs. Exclusão Digital. Acesso à Informação. Desigualdades Sociais. Brasil.

ABSTRACT

Considerations on the new information and communication technologies - ICTs as enabling mechanisms for access to information when fighting social inequality in Brazil. It addresses digital exclusion as the outcome of social exclusion itself; warns that the greatest barrier to access to information via the new information and communication technologies is due to the critical social scene in Brazil, because of the State actions ineffectiveness; emphasizes on the need for the creation of social policies both as a request from civil society and as a mechanism able to alleviate such situation. The study concludes that ICTs are linked to the logic of capitalism, which is exclusive in its essence.

Keywords: New Information and Communication Technologies – ICTs. Digital Exclusion. Access to Information. Social Inequality. Brazil.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mestre em Ciência da Informação Departamento de Biblioteconomia UFMA. E-mail:glorinha500@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é fruto de reflexões e inquietações que vem norteando os nossos estudos a partir da participação no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

O surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, conhecidas usualmente pela sigla TICs, vem despertando um interesse crescente em se entender como esta se apresenta contribuindo para uma nova dinâmica na sociedade. Sociedade esta denominada pelos teóricos que discutem esta temática como “Sociedade da Informação”. Neste sentido, preconiza-se que a sociedade de um modo geral deve participar efetivamente desta nova dinâmica.

Assim, começam a discutir sobre a questão da inclusão digital a qual seria a inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação.

Entretanto, não se pode pensar em inclusão digital sem nos remetermos à inclusão social. Dessa forma, apresentam-se alguns enfoques na tentativa de uma compreensão mais crítica e reveladora das diversas nuances que envolvem tal temática.

2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS X DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: possibilidades e obstáculos para o acesso à informação

Os últimos anos foram marcados por profundas e rápidas transformações que, impulsionadas pelo acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, alteraram drasticamente o panorama mundial em suas dimensões política, econômica e social. Como resultado dessa dinâmica, acentua-se a interdependência das diferentes nações, evidenciando-se uma tendência para a formação de um mercado único, com a economia globalizada. No início dos anos 2000, Boaventura Santos apresenta uma análise elucidativa dos movimentos desse processo.

Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social. (SANTOS, 2002, p.25).

O autor percebe e destaca ainda que o processo da globalização, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres. (SANTOS, 2002, p.26)

No caso particular do Brasil, por sua condição periféria no sistema capitalista, o país sofre de forma específica e acentuada as influências do clima de instabilidade e de mutabilidade que pontua esta era. Acrescente-se a essa situação a persistência de fortes desigualdades regionais no Brasil, as quais logram ampliar-se mesmo num quadro mais otimista de redistribuição de renda. “Há uma tendência da dispersão [ou da má distribuição] das rendas estaduais, evidenciada pelo estudo da evolução do PIB per capita dos Estados, tornando-se indispensável desenvolver políticas regionais para corrigir essas distorções”. (LAVINAS, GARCIA, AMARAL, 2001, p.33).

A respeito desta questão, Ferreira (2007b, p.1) acrescenta:

As marcas da desigualdade no Brasil tem várias faces, entre elas está a desigualdade regional que separa o Sul/Sudeste do Norte/Nordeste cujas evidências estão nos indicadores sociais que agriem a sociedade e inquietam grande parte dos gestores públicos que tem ao longo do processo de construção da democracia no País, um projeto que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento político-cultural até então vigente em grande parte dos Estados brasileiros. [...] os indicadores sociais demonstram como direitos são interditados e como o Estado tem se omitido de pensar caminhos para a construção e consolidação da cidadania.

Em se tratando do acesso à informação e ao conhecimento via Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, especificamente a Internet, isto é evidenciado pelo que se pode denominar de quadro de exclusão digital existente no Brasil, como consequência da própria exclusão social que atinge este país. Ao lado da persistência desse cenário, observa-se que os programas sociais até então implementados na tentativa de alterá-lo, ou são precários, por não atingirem um grande contingente de excluídos, ou sofrem descontinuidade na medida em que as políticas públicas pensadas, não integraram suas ações nos projetos de desenvolvimento implantados.

Saindo do foco exclusivo do acesso à informação via TICs, pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UNICAMP, em 2004, sugerem que, se analisarmos em profundidade os programas, instituições e recursos envolvidos no combate à pobreza no Brasil, não será difícil concluir que a questão da pobreza continua a ser um dado eloqüente da realidade em nosso país, devido à falta de continuidade dos projetos e de sinergia entre programas e instituições, governos federais, estaduais e municipais.

Silva (2001, p. 13) assevera que,

os programas sociais implementados no Brasil são, cada vez mais, marcados pela insuficiência, precariedade e descontinuidade, representando muito mais esforços meramente simbólicos, do que efetivas políticas capazes de alterar as condições de vida das populações atendidas, até por que se registra profunda desarticulação entre as políticas sociais e as políticas macroeconômicas, reduzindo as primeiras a patamares meramente compensatórios, quando não assistencialistas e clientelistas.

Outra questão refere-se a que, no Brasil, historicamente, as políticas sociais ficam a mercê da “sensibilidade governamental”, dos desmanches destas pelas gestões futuras. A alternância de grupos políticos distintos no comando do Governo, leva-se a perceber que, dentro do grupo político que se encontra no poder, cada segmento procura demarcar sua gestão desativando alguns programas do governo anterior para abrir espaços para suas próprias propostas.

Em busca de entendimentos para explicar tal problemática, Gomes (2001, p. 25) enfatiza que

Na realidade, permanecemos com problemas com raízes macro-históricas, que se refletem na ineficácia e perversidade do nosso aparelho de política social, problemas esses que são agravados ou consolidados em determinadas conjunturas como ocorreu durante a ditadura militar ou, [mais recentemente], com o neoliberalismo. Em que pese todos os avanços da política social no processo de redemocratização do país esta é ainda legatária de uma modernização que se fez ao longo da história sob o signo da exclusão social e do elitismo político.

Aliás, nesta questão relativa aos desmanches políticos no contexto da proteção social no Brasil, Sposati (2002), ao apresentar os motivos pelos quais o welfare state não foi vivenciado, em toda a sua dimensão, em sociedades com características semelhantes às do Brasil argumenta:

as políticas sociais nestes países, e no último quartil do século XX, se caracterizam por: [...] fragilidades de continuidade dos direitos sociais ou de

sua permanência ou do modo de sua permanência na agenda pública, já que se tornam dependentes da 'sensibilidade política' do grupo no governo e não, efetivamente, resultado de conquistas consolidadas reclamáveis nos tribunais como direitos não efetivados pelo Estado. (SPOSATI, 2002, p.2).

Para países como o Brasil, que não pertence ao centro do capitalismo mundial, a análise a respeito da proteção social requer considerar inicialmente a condição de pertencimento à periferia econômica, prisioneira do subdesenvolvimento. Mesmo tendo avançado consideravelmente no processo de industrialização durante o século XX, por exemplo, o Brasil não foi capaz de abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na produtividade setorial e regional e a permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e de trabalho.

Apesar de ser, por quase cinco décadas no século passado, um dos países que mais rápido conseguiram expandir sua economia no mundo, não obteve, todavia, resultado considerável no âmbito social.

Sposati (2002) acrescenta:

O impacto do neoliberalismo em sociedades de regulação social tardia, como é o caso da sociedade brasileira, não ocorre nem pelo desmanche social, nem pela redução de gastos sociais. Estas sociedades não viveram o impacto do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) fundado no modelo keynesiano ou beverigiano. Estados ditatoriais não incluíam pactos democráticos de universalização de cidadania. São, portanto, sociedades carentes de um contrato social alargado, o que torna uma tensão contínua a construção universal da cidadania e a superação do divisor entre pobres e não-pobres, [excluídos e incluídos]. Pior ainda, o conceito de cidadania é chancelado como luta contra a pobreza o que não afiança direito a ninguém. (SPOSATI, 2002, p. 3).

2.1 Exclusão Digital: obstaculizadora do acesso à informação?

Para uma melhor compreensão no que se refere ao acesso à informação via TICs, cabe, então, apresentar o que alguns autores entendem por exclusão digital. Para Nardelli (2008), representa

o nome técnico do abismo que separa as pessoas que têm acesso aos recursos das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação, daquelas que não têm. Uma realidade definitivamente presente nos países periféricos, onde este fenômeno caminha lado a lado com a realidade da exclusão social. (NARDELLI, 2008).

Entretanto, Sorj e Guedes, procurando abordar o assunto de forma mais ampla, apontam que

a exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm versus ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A razão é simples: a oposição acesso/não-acesso é uma generalização razoável somente em relação a certos serviços públicos (como, por exemplo, eletricidade, água, esgoto) e bens tradicionais de consumo intermediário (a relevância do tipo/qualidade de TV, geladeira, telefone ou carro é secundária, embora para a população pobre o custo da ligação limite sobremaneira o uso de telefone ou o custo da gasolina, o uso do carro). (SORJ, GUEDES, 2008, p.3)

Complementando, Sorj e Guedes (2008, p.1) acrescentam: “exclusão digital se refere às conseqüências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet.”

Na atualidade, a Internet, Tecnologia de Informação e Comunicação que se tornou dentre estas, como uma das mais atrativas pelas inúmeras potencialidades que oferece, passou de uma simples curiosidade acadêmica a um meio de comunicação de massas. Segundo Cronim e Mckim (1999, p. 63), viu-se na Internet o meio para a salvação econômica dos países em vias de desenvolvimento, como um novo sistema de comunicação e até mesmo um meio de diversão que poderia competir com a televisão.

Assim, pensou-se inicialmente que as diferenças relativas ao acesso à informação entre os vários países poderiam ser eliminadas com o advento da Internet. Entretanto, o que se observa é que esse acesso ainda não está assegurado aos países periféricos e, dentro destes, à sociedade como um todo.

A utilização da Internet pode ser vista como uma alternativa de grande valor para um maior acesso público à informação. A restrição que reside é no sentido de refletir e perguntar por que UM maior e não Q maior acesso público à informação. Considerando as implicações políticas, as quais se encontram vinculadas às econômicas e sociais, que formam barreiras para o acesso público ao longo dos séculos, não se pode pensar que a Internet seja, de imediato, a certeza de acesso público ao conhecimento. Não basta fornecer equipamentos de hardware e software às instituições públicas, precisamos na verdade, erradicar algumas mazelas que se formaram ao longo da história, como, o analfabetismo, a fome e o abandono em que se encontra a maioria da população brasileira.

Ao lado da tão chamada Sociedade da Informação, reside outra, muito mais populosa, que é a sociedade não informada e não conectada. A sociedade brasileira, caracterizada historicamente por alarmantes índices de desigualdades regionais, sociais e educacionais, não permite generalizar que se está em uma "Sociedade da Informação".

Afinal, em um país com 11,4% de analfabetos entre as pessoas acima de dez anos de idade e com 50,7% da população recebendo até dois salários mínimos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 2001, qual o sentido de se falar em exclusão digital? A exclusão digital não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a essa exclusão seria importante diante de tantas carências? (SILVEIRA, 2008).

Por outro lado, existe um entendimento onde os dispêndios de políticas públicas na alavancagem das TICs para o desenvolvimento humano não seriam custos, seriam investimentos essenciais. Não é preciso discutir quão importante é o acesso às TICs para a alavancagem econômica, social e também cultural, contribuindo significativamente para saltos de etapas nas possibilidades de desenvolvimento local e participação no conjunto da economia nacional.

Diante dessa realidade, seria de se esperar que governos de países como o Brasil, tivessem a inclusão digital como uma de suas políticas públicas prioritárias. Entretanto, seguindo o ciclo perverso do desenvolvimento desigual, a agenda das políticas públicas encontra-se permanentemente congestionada por demandas que tentam resgatar um longo passado de desequilíbrios econômicos e sociais, monopolizando a atenção e recursos do governo federal. (NARDELLI, 2008).

A inclusão digital não pode ser analisada apenas como a pura e simples instrumentalização de indivíduos de baixa renda no uso de determinadas TICs, apartada de uma efetiva e consequente inclusão social.

Em contrapartida, a análise das consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso às novas TICs, em particular a relativa aos países em desenvolvimento, adotam como parâmetro central – e, em geral, único –, a divisão entre os que têm e os que não têm acesso à informática e à Internet no lar. Embora seja uma medida importante, ela é insuficiente para se entender a dinâmica social da exclusão digital e para definir políticas de universalização de acesso.

Na verdade, o número de proprietários de computador ou pessoas com acesso à Internet é uma medida primitiva demais para medir a exclusão digital. Por quê? Segundo Sorj e Guedes (2008),

- a) porque o tempo disponível e a qualidade do acesso afetam decisivamente o uso da Internet;
- b) porque as tecnologias da informação e comunicação são muito dinâmicas e obrigam a uma atualização constante de hardware e software e dos sistemas de acesso, que, para não ficarem obsoletos, exigem um investimento regular por parte do usuário;
- c) porque o seu potencial de utilização depende da capacidade de leitura e de interpretação da informação por parte do usuário (no caso da Internet) e de sua rede social (no caso do e-mail).

Há quem acredite que, em certos contextos, a inclusão digital em instituições comunitárias pode melhorar a qualidade de vida de populações pobres, em particular daquelas espacialmente isoladas. Nesse sentido, a inclusão digital pode oferecer serviços e informações de valor cultural e econômico e promover o desenvolvimento social, pela oportunidade de acesso à informação, de produção de bens culturais, de aperfeiçoamento dos indivíduos, de consolidação da rede social e da articulação comunitária, participativa e cidadã.

Entretanto, seria ingênuo admitirmos que a inclusão digital, por si só, é garantia de acesso à informação e desenvolvimento social.

As prioridades em políticas públicas emergem na sociedade e só adentram a agenda do Estado quando se constituem em demanda vocalizada. Isto é, quando grupos da sociedade civil organizam-se em torno desta demanda; focalizam-na e agem sensibilizando e mobilizando outros segmentos societários em torno da mesma. Nesta condição adensam forças e pressões transformando-a em prioridade e introduzindo-a no campo da disputa política. (CARVALHO, 2000, p. 13).

Neste panorama, parece-nos que, diante de tantas carências, a sociedade brasileira deve ser vista como imatura, sem condições de perceber a importância das TICs como propulsora de desenvolvimento. Não porque estas não possam efetivamente possibilitar o acesso à informação e assim contribuir sobremaneira para a alavancagem econômica, social e política do país, mas porque, os indicadores sociais, ao longo do processo de construção da sociedade brasileira, ainda não conseguiram ultrapassar patamares mínimos de garantia de melhoria de condições de vida e renda para a grande maioria da população.

Entretanto, outros questionamentos permeiam também esta discussão. Os diversos teóricos, são inúmeros, entre os quais destaca-se (BRESSER PEREIRA, 1999; MOORE, 1999; CRONIN, 2000; MATTELART, 2001; BOVAIRD, 2002) que defendem a idéia da consolidação da sociedade da informação, na tentativa de convencimento desta nova ordem, reforçam a tese de que o conhecimento se torna um bem imaterial, inesgotável e intangível.

No Brasil, o objetivo central do projeto Sociedade da Informação consiste em:

desenvolver um conjunto de ações que permitam a discussão da construção da sociedade da informação contribuindo com o desenvolvimento das áreas estratégicas do país. Ressalta-se que o referencial dessas ações será sedimentado no novo paradigma de 'conhecimento como bem econômico' e de informação estratégica para o desenvolvimento. (FERREIRA; TARAPANOFF, 1999, p.35).

Botelho, Batista e Amaral, 1994, reafirmam que o valor econômico da informação parte, do pressuposto, de que a mesma gera conhecimento e esse, quando acumulado, possibilita a produção científica e tecnológica, responsável pela geração de bens e serviços de um país.

Não se pode discordar desta argumentação. Contudo, não podemos perder de vista que as formas ou modalidades de acesso à informação, capaz de possibilitar a produção de conhecimento, não estão asseguradas para todos. E estas, as formas de acesso, são bens materiais, esgotáveis e tangíveis. E nunca foram produzidas pensando no homem e no seu desenvolvimento social.

As TICs (modalidade de acesso à informação), vista aqui como fruto de conflitos e interesses, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção.

Neste sentido, a sociedade da informação está posta para mascarar ou, não enxergar, a dominação que existe. As TICs estariam então, a favor dos excludentes e não dos excluídos. As informações que proliferam nas redes de informação e comunicação, diga-se Internet, estão muito mais a favor da preservação do conhecimento da classe dominante do que o contrário.

Não é a exclusão digital que impede ou obstaculiza o acesso à informação. A exclusão digital, assim como a exclusão social, são consequências da lógica cruel do capitalismo.

4 CONCLUSÃO

Sob o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, as políticas sociais são geradas pelo princípio da alta rotatividade, deslocando-se para os indivíduos a responsabilidade em superar riscos sociais. Desta forma, não são geradas garantias sociais, mas permanências de acesso, ou seja, vistos temporários para qualquer que seja a proteção social. O alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alarga-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários. (SPOSATI, 2002, p. 7).

No contexto da dita Sociedade da Informação, percebe-se claramente que esta não consegue avançar em países com indicadores sociais tão alarmantes.

Para concluir, convém ressaltar que, se, por um lado, justifica-se a necessidade de políticas sociais para uma sociedade capitalista, porquanto esta seja intrinsecamente geradora de vulnerabilidades e exclusões sociais, por outro, cumpre atentar para o alcance limitado dessas políticas à erradicação da pobreza e promoção da equidade social.

Não pretendemos encerrar tais reflexões neste esboço de compreensão desta problemática aqui apresentada. Na verdade, pretende-se suscitar novas discussões e aprofundá-las dentro de uma visão mais crítica e reveladora da sua aparência.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Tânia Mara, BATISTA, Sofia Galvão, AMARAL, Sueli Angélica do. **Informação e sociedade: uma sociedade inteligente em transformação?** Brasília, [ca.1994]. (Projeto de Pesquisa em Economia da Informação, financiado pelo CNPq).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O combate ao trabalho infantil na voz e na agenda da sociedade e do estado brasileiro. In: ARRREGUI, Carola Carbajal (org.). **Erradicação do trabalho infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia.** São Paulo: IEE: FINEP, 2000. p. 13-42.

CRONIM, Blaise, MCKIM, Geoffrey. Internet. In: IBICT. **A informação: tendências para o novo milênio.** Brasília: IBICT, 1999, p. 63-81.

FERREIRA, José Rincon, TARAPANOFF, Kira. **Sociedade da informação: conteúdos informacionais.** Brasília: IBICT, 1999. 42 p.

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e desigualdade social no Maranhão:** as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – Desafios para pensar o Estado Democrático. Projeto de pesquisa desenvolvido na UFMA com financiamento do CNPq. Em fase de publicação. 2007

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e pobreza:** como repensar o Estado Democrático a partir das bibliotecas públicas municipais maranhenses. Em fase de publicação. 2007.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

LAVINAS, Lena, GARCIA, Eduardo Henrique, AMARAL, Marcelo Rubens do. **Desigualdades regionais:** indicadores sócio-econômicos. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n.460).

NARDELLI, Eduardo Sampaio. **Exclusão digital:** o desafio da cidadania na era da tecnologia da informação. Disponível em: <http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2003_130.content.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVEIRA, Emir Amadeu da. **Exclusão digital:** a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 45p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica.** Disponível em: www.cgee.org.br. Acesso em: 12 nov. 2008.

SORJ, Bernardo, GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital:** problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Disponível em: <www.centroedelstein.org.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: **Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública,** , Lisboa, v 7out, 2002, p. 8-11.. Mimeo.